



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho para a Elaboração do EIA/RIMA do Empreendimento "Duplicação da SP 270 Rodovia Raposo Tavares, Passagem para Cotia e Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias", de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, realizada em 20 de maio de 1999, na cidade de Cotia.

Realizou-se no dia 20 de maio de 1999, às 19:00 horas, no Ginásio Municipal de Esportes, localizado na Rua Ouro, s/nº, na cidade de Cotia, a Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho para a Elaboração do EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da SP 270 Rodovia Raposo Tavares, Passagem para Cotia e Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias", de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem -DER. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, ofereceu os seguintes esclarecimentos; que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli - que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava as boas-vindas a todos que haviam comparecido e passaria a compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante Consema, escolhido entre os presentes, Cons. Antônio da Silva Nunes. Em seguida, depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Del. Consema 50/92 para a condução de audiências pública, convidou o representante do empreendedor, Pedro Romanini, que explicou detalhadamente as fases do processo de licenciamento e o que representava a audiência pública preliminar neste contexto. Em seguida, foi dada a palavra à representante do empreendedor, Henriqueta Porto, que, durante quinze minutos, ofereceu, entre outras, informações sobre os estudos preliminares do projeto, a história do empreendimento, seu estágio atual, suas especificidades, o esforço do empreendedor em adequar-se à legislação ambiental do País, seus objetivos social e econômico, a necessidade da obra, as alternativas de traçados, a população à qual se destinava, a forma e as etapas de sua realização, as especificidades da obra, as dificuldades topográficas e físicas e a evolução do projeto. Passou-se, então, à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade, tendo feito uso os representantes a seguir relacionados. Luiz Macieira de Oliveira, representante do Rotary Clube de Cotia, que perguntou como ficaria a questão da travessia, pelas passarelas, entre os quilômetros 31 a 39 e os detalhes em relação ao trecho de nível e ao trecho abaixo do nível da estrada. Joel Camargo de Souza, representante do Conselho de Desenvolvimento de Vargem Grande Paulista, que observou desconhecer, até aquele momento, o que estava ocorrendo com Vargem Grande Paulista, pois a duplicação afetaria aquele Município, e argumentou que as três passarelas propostas seriam insuficientes; que não ficara claro como seria feito o acesso de um lado para o outro da cidade; que dever-se-ia oferecer esclarecimentos quanto à zona mista de empresas e que propunha fosse programada uma audiência pública em Vargem Grande Paulista. Waldemar Baioli, representante da Associação Mundial de Ecologia, que observou não terem sido devidamente dimensionados os acostamentos e passeios, pois não ficara claro se os pedestres teriam que andar no meio da rua ou disporiam de um desvio adequado; que deveria ser idealizado um "balão" ou uma passagem com nível inferior ao acesso do Mirante da Mata, pois a forma como vinha sendo feito apresentava perigo, registrando-se elevado índice de acidentes. Marcênio Mange, representante do Partido Social Cristão, que contestou os estudos realizados, uma vez que o Poder Legislativo não havia sido devidamente consultado nem ouvido, e argumentou que a construção de moradias a partir de 1990 no local inviabilizara a duplicação da rodovia; que somente os moradores que viviam nas margens dos Km 31 e 34 conheciam os problemas da rodovia; que solicitava fosse feito um estudo de custo para o Estado, União e Município, para que se verificasse se seria mais econômico executar-se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aqueles elevados para passagem de nível, as passarelas, ou se seria mais viável derrubar e indenizar-se tudo o que se encontrava à margem da Raposo; que lamentava que nem a Câmara Municipal nem os moradores tivessem sido ouvidos, o que acarretava falhas nos estudos; que o melhor seria fossem derrubadas as construções executadas após 1979 e efetuadas as indenizações no prazo de cinco anos; que se deveria ouvir o Legislativo, o Executivo e a população de Cotia, por conhecerem muito bem os problemas locais. Cristina Marcondes Fowler, representante da Sociedade Amigos de Bairro da Granja Viana, indagou sobre o Artigo 11 do Regimento Interno do Consema, que estabelecia dar-se ampla publicidade às audiências públicas e que, na sua opinião, isto não fora respeitado, uma vez que a maioria dos presentes ficou sabendo da sua realização apenas algumas horas antes, o que justificava a pouca participação; que deveria esclarecer-se como ficou definido o acesso para Caucaia e as passarelas do Km 34 ao 39. Edson Rosa, representante da Rádio TransCotia, teceu, entre outros, os seguintes comentários: que, no dia 3 de junho de 1998, fora encaminhado, pelo Condevar de Vargem Grande Paulista, ao Engenheiro Itamar Arruda, projeto-alternativo para a duplicação da estrada na cidade, o qual não havia sido mencionado durante a explanação, embora ele houvesse sido pago (havia custado R\$ 10.000,00) pela comunidade de Vargem Grande; que endossava a proposta de realização de uma audiência pública no Município de Vargem Grande Paulista; que tinha dúvidas sobre o acesso ao Mirante da Mata e a entrada do Km 39. Santo Ciqueira, diretor da Escola Estadual Prof. Pedro Casemiro Leite, argumentou que também lamentava a fraca divulgação da audiência no Município de Cotia; que tinha grande preocupação quanto à travessia dentro do Município, pois ela provocaria grande impacto social na Avenida José Barreto; que a ausência dos comerciante na audiência era provocada pela pouca divulgação deste evento; que a principal preocupação da Escola e de seus 3 mil alunos se relacionava com a possível retirada da passarela provisória que dava acesso à escola, o que causaria sérios transtornos, razão por que reivindicava uma passarela de nível ao lado deste equipamento, a qual também daria acesso à indústria Supersoft, à Igreja Católica e à Guarda Municipal; que deveria ser dada publicidade ao cronograma de obras para que a população estivesse preparada para as mudanças previstas. Yara Rezende Toledo, representante do Residencial Chácara Vale do Rio Cotia, que teceu, entre outros, os seguintes comentários: que alertava para o fato que, de acordo com a Deliberação 50/92, o Relatório Ambiental Preliminar-RAP deveria ter ficado exposto durante o período de 19 de abril a 20 de maio, para que a comunidade do entorno pudesse consultá-lo, mas que isso não havia acontecido e que, por este motivo, o projeto não poderia ter respaldo da população, pois estava impedida de questionar os impactos que poderiam ocorrer; que perguntava ao representante do empreendedor quais teriam sido os contatos com a Sabesp, a Cetesb, DAIA e com os outros órgãos, uma vez que esta obra passaria por algumas microbacias ou subacias do manancial do Baixo Cotia e que a opinião destes órgãos técnicos deveria ser respeitada, por serem eles responsáveis pelo abastecimento da região; que, devido ao intenso volume de tráfego da Rodovia Raposo Tavares, a tendência natural era de que os congestionamentos cresceriam, pois grandes fluxos de caminhões deveriam ser desviados da Rodovia Castelo Branco, na altura do Município de Sorocaba, para a Rodovia Raposo, o que não seria bom para os moradores de Cotia; que, durante as obras, temia que crescesse o número de acidentes, até mesmo envolvendo derramamento de produtos tóxicos perigosos; que informava à Mesa que os Municípios de Barueri, Alphaville, Itapevi, Jandira e outros do entorno apostavam na construção de um condomínio industrial às margens do manancial e que este fato era motivo de grande preocupação dada a possibilidade de contaminação do manancial de abastecimento público ali localizado. Valquíria Rigonate, representante da SOS Mananciais Rio Cotia, que teceu, entre outros, os seguintes comentários: que o RAP deveria ter sido colocado à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

disposição da população no CPCU, o que não ocorreu, razão por que o documento foi analisado apenas pelo Gabinete do Prefeito, e que lamentava o fato de a comunidade não ter tido acesso ao documento, inviabilizando sua participação efetiva na audiência, pois não tinha como avaliar os reais impactos da obra na cidade; que era impossível que esses impactos fossem devidamente esclarecidos apenas com a realização da audiência; que, por estes motivos, propunha a impugnação da mesma e que fosse dado um prazo de trinta dias para que os interessados pudessem avaliar o RAP, após o que se realizaria nova audiência, dentro dos trâmites legais estabelecidos. Depois de o Secretário Executivo observar que a questão relativamente grave que havia sido colocada merecia um esclarecimento, informou que, quanto à publicidade dada à audiência pública, haviam sido encaminhados convites para todos os deputados estaduais e para os deputados federais e senadores pelo Estado de São Paulo, para os prefeitos da região, para as entidades de classe e ambientalistas, cujo total oscilava entre 3.500 a 5.000 mil convites; que se solicitara ao empreendedor que colocasse faixas em locais públicos e de fácil visibilidade para que as pessoas fossem devidamente informadas e que, além disso, como determinava a Deliberação 50/92, se divulgasse a audiência em um jornal de grande circulação ou de grande abrangência na região; que, com relação ao RAP, quem indicava o local onde seria colocado à disposição da população era o empreendedor que também devia tê-lo colocado no local indicado, e que solicitaria explicações a ele sobre o que de fato ocorrera. Fez, então, uso da palavra o representante do empreendedor, Pedro Romanini, que ofereceu os seguintes esclarecimentos: que realmente ocorreu um problema e que, até então, não fora possível identificar sua origem, pois, quando dos preparativos para realização da audiência, juntamente com o representante do Consema, vistoriara tanto o local da realização da audiência pública como daquele no qual ficaria exposto o RAP; que tinha certeza de que haviam sido encaminhados dois exemplares do RAP, um para o Prefeito e outro para que ficasse à disposição da população; que, com relação à divulgação, foram seguidos todos os trâmites legais previstos e que, até aquele momento, não sabia o que levava ao desaparecimento e à não-divulgação do RAP, pois só no dia 18 de maio, portanto, dois dias antes da audiência, tomara conhecimento, através do Consema, de que este fato havia ocorrido, e que, imediatamente, enviara uma nova cópia, a qual, infelizmente, só fora exposta no dia 19 de maio, em função da necessidade de reprodução do documento; que estava sendo apurado o que realmente aconteceu com as outras duas cópias, que, até então, encontravam-se desaparecidas. Em seguida, o Secretário Executivo informou que a impugnação ou não da audiência seria levada para o fórum competente e que o objetivo, no momento, era colher subsídios para o aprimoramento do projeto, motivo por que daria prosseguimento à audiência, dando a palavra a todos aqueles que quisessem dar contribuições. Continuou, pois, a manifestação dos representantes das entidades organizadas da sociedade civil, tendo feito uso da palavra os que passam a ser mencionados. Malu Ribeiro, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, que teceu, entre outros, os seguintes comentários: que, se a audiência viesse a ser impugnada, fossem levadas em consideração as contribuições apresentadas naquela data pelos participantes; que reivindicava que a próxima audiência pública fosse realizada no Município de Vargem Grande Paulista; que, do ponto de vista ambiental, a obra teria interferência direta em áreas de manancial, motivo por que foi realizada reunião da Câmara Técnica do Comitê de Bacias dos Rios Sorocaba e Médio Tietê; que os formadores do manancial eram os riachos de Cotia e de Vargem Grande que, embora não estivessem contemplados na APA, localizavam-se na área de entorno das cabeceiras dessa bacia de drenagem e de todo cinturão verde da região; que fora avaliada pelo Comitê de Bacias a necessidade de que o EIA-RIMA pudesse contemplar medidas mitigatórias e compensatórias para 186 hectares de área de preservação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

permanente e demais áreas de vegetação, transferindo, para o Comitê de Bacias, como ocorreu com outros consórcios como no caso da Rodovia Anhangüera-Bandeirantes, a possibilidade de reflorestamento das áreas de manancial e da preservação das áreas de cabeceira das Represas de Tupararanga e de Cotia, que abasteciam a Região Metropolitana; que fosse criado um mecanismo de elaboração de planos diretores para normatizar o uso e a ocupação do solo do entorno das áreas de preservação permanente e de áreas de mananciais, uma vez que a rodovia propiciaria um adensamento urbano; que o desejo da maioria da população era a duplicação, desde que contempladas todas as preocupações da comunidade. Maria Manuela, representante da Associação dos Amigos do Jardim Glória, teceu entre outros, os seguintes comentários: que sugeria fossem feitas diversas cópias do RAP e enviadas às Associações dos Bairros a fim de que os moradores discutissem este documento; que outra preocupação era com relação à inexistência de passarela no trecho entre os Km 31 e 34, dividindo a cidade ao meio e isolando a população; que também deveria ser melhor discutida a cobrança de pedágio. Tânia Quintavale, representante da entidade Salvadores da Terra, teceu, entre outras, as seguintes considerações: que endossava as palavras dos colegas que falaram anteriormente e que pedia seriedade no trato das questões ambientais, principalmente aquelas relativas à manutenção da qualidade dos mananciais. Meire Garcia Pizelli, representante da entidade Brasil Verde, teceu, entre outros, os seguintes comentários: que, diante do exposto, lhe parecia que nem tudo estava sendo bem encaminhado na elaboração e apresentação do RAP, que identificava que impactos bastante significativos seriam causados ao meio ambiente, como cortes de maciço, supressão de vegetação no cinturão verde da reserva da biosfera, fragmentação dos recursos hídricos, o que exigiria um aprofundamento desse estudo para que pudessem ser detalhadas todas as alternativas; que estava decepcionada ao constatar que a duplicação não envolvia um compromisso com a segurança dos usuários e dos moradores do entorno; que temia que ocorresse na região o adensamento que vinha acontecendo em Osasco e Carapicuíba; que a vontade de expandir estaria enfraquecendo o poder público no combate ao desmatamento e aos grandes poluidores; que seria necessário investir-se na idéia básica do desenvolvimento sustentável, que seria a proposta de uma economia que obedecesse às leis da natureza. O Presidente do Diretório do Partido dos Trabalhadores no Município de São Roque, Maurício Tavares de Lima, teceu, entre outros, os seguintes comentários: que, diferentemente, do que vinha acontecendo naquela audiência, a que fora realizada em São Roque, no dia 29 de abril, contou com a participação de mais de 600 pessoas e que lá foram discutidas alternativas para diminuição dos impactos no traçado na cidade e nos bairros que seriam atingidos diretamente com a duplicação; que esta audiência estava vazia por falta de organização das entidades que representavam a população, e este era um dos motivos que determinava fosse realizada uma outra audiência em Vargem Grande Paulista; que fora dito que a verba de 64 milhões, que a Via Oeste repassaria para o DER, seria utilizada para a construção de um contorno em São Roque e da ligação entre a Raposo Tavares e a Castelo Branco e, se falava agora, que ela também seria utilizada em Cotia, o que dava a impressão de que havia a intenção de com esta verba apenas executar-se toda a duplicação, deixando a desejar a qualidade da obra. Passou-se à etapa em que as pessoas fazem uso da palavra em seu próprio nome, tendo se manifestado, nesta oportunidade, apenas Andréa Esquivel, que teceu, entre outros, os seguintes comentários: que era moradora do Bairro Guaianã em São Roque, bairro este que representava o segundo colégio eleitoral da cidade; que a duplicação deveria ser feita o mais rápido possível e que não admitia que a Via Oeste argumentasse que a obra não sairia por pressão das entidades ambientalistas; que a duplicação deveria atender os interesses da maioria da população e não de grupos privilegiados; que, com uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

visão a longo prazo, deveria equacionar-se esta questão, para que novos problemas não viessem a aparecer daqui a vinte anos. Passou-se a etapa em que se pronunciavam os parlamentares, tendo feito uso da palavra os que passam a ser mencionados. Vereador Etelvino Noguei pelo PTB, que teceu as seguintes considerações: que toda a discussão iniciada em Sorocaba e aprofundada em São Roque tinha valido a pena, gerando um consenso entre as autoridades e a população; que o resultado alcançado não foi o melhor possível, mas que se buscara a melhor solução em todos os níveis; que havia notado que a travessia dentro dos Municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista teria sido muito mais abrangente que em São Roque, pois cortaria as cidades ao meio e não apenas em bairros periféricos; que gostaria fosse encontrada uma solução mais adequada para a região, com menores impactos; que lamentava o pedágio que seria colocado na entrada de São Roque e que esperava que o mesmo só começasse a funcionar depois de efetuada a duplicação da rodovia; que havia uma grande preocupação referente ao trecho de passagem de Cotia, uma vez que não estava sendo previsto acostamento neste trecho e que, com o aumento do fluxo de veículos, qualquer acidente causaria enormes transtornos na região; que pedia novamente não fosse esquecido o contorno no km 48, no acesso ao pé da serra, no Bairro Caeté. O Presidente da Câmara Municipal de Cotia, Vereador Quinzinho Pedroso, que teceu, entre outros, os seguintes comentários: que, em nome da Câmara Municipal, protestava contra o fato de haver sido enviada uma cópia do RAP apenas ao Prefeito e para o Pró-Cotia, discriminando-se o Poder Legislativo; que sugeria ao empreendedor que, nas próximas audiências públicas, enviasse cópias da documentação a ser analisada às Câmaras Municipais, para que os vereadores, que eram os representantes da população, tivessem a oportunidade de discutir antecipadamente todas as questões referentes aos seus Municípios; que considerava que a falta de publicidade verificada não era a questão fundamental, pois não adiantaria nada lotar o auditório se as pessoas não tivessem um prévio conhecimento do que estaria sendo debatido na ocasião; que se estava discutindo o desenvolvimento sócio-econômico da cidade, além dos impactos ambientais conseqüentes, e que deveria ter havido uma discussão prévia e aprofundada; que esta discussão deveria envolver todos os segmentos da sociedade, escolas, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entidades não-governamentais, Secretarias de Estado, enfim, a sociedade em geral, para que a audiência pudesse levar a resultados concretos, como ocorreu em São Roque. O Deputado Estadual Carlos Zaratini, do PT, que teceu os seguintes comentários: que também considerava ter havido falhas na divulgação da audiência; que existia uma preocupação relativa ao fato de a rodovia atravessar cidades; que a estrada deveria ser segregada do trânsito comum da cidade, o que possibilitaria também que a cidade tivesse uma vida normal, organizando-se o trânsito, a circulação de pessoas e de veículos; que algumas questões não haviam sido devidamente abordadas; que o projeto deveria trazer melhorias para a cidade, pois o investimento seria grande e pago em parte com recursos da população oriundos dos pedágios, razão por que era fundamental que fosse um projeto de qualidade; que gostaria que o projeto feito pelo Condevar fosse levado em consideração, tanto pelo empreendedor quanto pela Secretaria de Transportes, pois era uma proposta que mobilizara toda a comunidade no sentido de se apresentar a melhor solução possível; que considerava o pedágio uma forma de restrição à circulação das pessoas, o que deveria ser mais bem analisado. Passou-se a etapa em que se pronunciavam os membros do Poder Executivo, tendo feito uso da palavra as autoridades abaixo relacionadas. O Prefeito do Município de Cotia, Mário Ribeiro, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que o RAP havia sido entregue apenas na véspera da audiência, ou seja, às 18h30 do dia 19 de maio, e nem passou pelas suas mãos, pois, como chegara atrasado, foi imediatamente exposto no PROE, ficando à disposição dos interessados; que a grande



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

preocupação dos usuários da rodovia era em relação à passagem de Cotia, o que vinha sendo motivo de uma discussão antiga na cidade, mas, parecia, que agora a questão estava finalmente resolvida; que confiava na capacidade dos técnicos responsáveis pelo projeto; que inexistia outra alternativa viável para esta passagem, tendo em vista os problemas que vinha causando ou causaria no futuro se a pista for desviada, pois o dano ambiental era muito maior para Cotia, para São Paulo e para o Brasil; que defendia fosse dada a devida atenção ao trecho entre os Km 31 e 34, com passarelas e passagens de nível, como o acesso à Uaracã e à estrada de Itapevi, entre outros; que, no trecho entre os Km 34 e 39, que nem fora citado pelo empreendedor, existiam a Estrada Municipal do Pau Furado, um dos acessos à Cotia, que necessitava de um trevo, e o de Caucaia do Alto, passando a estrada pelo Ninos Grill; que o acesso àquela estrada não poderia ser esquecido, pois seu território integrava o Município de Cotia, e que também não poderia ser esquecido um trevo de acesso em Caucaia do Alto, que era um distrito com mais de trinta mil habitantes; que não faria ponderações técnicas pois não era seu papel, mas que, do ponto de vista administrativo, iria brigar para que Cotia não viesse a ser dividida em virtude da duplicação; que gostaria de ter acesso ao cronograma das obras para poder dar respostas efetivas às indagações da população. O Secretário Estadual de Transportes, Michael Zeitlin, responsável pelo empreendimento, ofereceu, entre outros, os seguintes esclarecimentos: que assumia a responsabilidade quanto à não-entrega dos documentos do RAP dentro do estipulado e que seriam devidamente apuradas as falhas ocorridas no seu encaminhamento, fato que lamentava ter acontecido; que, mesmo assim, considerava a audiência produtiva, pois houve várias sugestões e reivindicações que deveriam ser aproveitadas pela equipe responsável pelo projeto, uma vez que o enriqueciam; que, como se tratava de uma audiência preliminar, se objetivava ainda determinar os termos de referência para posterior elaboração do EIA-RIMA, etapa esta do projeto que não contava com uma série de detalhes e previsões levantados na audiência; que as sugestões foram devidamente anotadas pelos representantes do empreendedor; que, embora a discussão fosse sobre a duplicação da Raposo Tavares, na realidade existiriam dois empreendimentos em questão, uma vez que o trecho da Via Oeste começava no Km 34 até Araçoiaba da Serra, cujo RAP foi considerado insuficiente pela SMA, e outro referente à Travessia de Cotia e que este trecho não fazia parte das obrigações da Via Oeste; que esclarecia que o custo de 67 milhões não englobava a travessia de Cotia e que a afirmação de que este dinheiro seria utilizado para tudo não era verdadeira, uma vez que esta obra era de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem e seria executada pelo Departamento de Estradas de Rodagem com recursos do Tesouro; que a Via Oeste não tinha nada a ver com esta obra, e que os 67 milhões seriam utilizados nas obras do contorno de Brigadeiro Tobias, de São Roque, e a ligação com a Castelinho; que parabenizava as colocações do Diretor Santo Ciqueira e assegurava que a duplicação, quando feita em trincheira, permitiria a ligação dos dois lados da cidade em nível; que se verificou a necessidade de que a travessia de Cotia fosse executada parte em trincheira, parte em nível e parte em elevado, evitando-se o seccionamento da cidade; que, quando em trincheira, as comunicações seriam feitas em nível, com mínimo de perturbação; que, quando em elevados, elas seriam feitas de tal forma que, em passagens inferiores, se pudesse conectar uma parte da cidade com o outro lado, certamente durante a execução da obra; que o DER faria uma passarela mais longa, permitindo o acesso dos alunos dos dois lados, e vice-versa, sendo esta uma obrigação básica elementar, um compromisso que se estava assumindo naquele momento; que o Governo do Estado estava aberto a sugestões e que o principal objetivo era que a realização da obra beneficiasse a população e que o projeto fosse o melhor possível; que lembrava que, no caso de São Roque, houve muita discussão, muitas reuniões com diversos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representantes de toda a sociedade com as mais diferentes opiniões e que não se chegou a uma solução perfeita, tendo sido a solução apresentada a que conseguiu reunir as maiores vantagens e menores desvantagens para a região; que, mesmo se pela falha processual apontada a audiência vier a ser impugnada, a discussão foi bastante proveitosa; que fosse ponderada a posição do Governo, que, se por um lado necessitava ouvir o maior número de opiniões e posições para enriquecer o projeto, por outro lado necessitava começar a obra o mais rápido possível e que este equilíbrio às vezes era bastante difícil; que a previsão era de que a obra fosse concluída antes do final do mandato do Governador Mário Covas. Em seguida, o Secretário Executivo agradeceu a participação do Secretário dos Transportes, que respondeu a maioria das questões levantadas durante a audiência e perguntou se a equipe responsável pelo RAP teria algo a complementar. Como nada mais foi dito e depois de constatar terem sido seguidas todas as etapas da audiência, afirmou que tudo fora registrado e que seria estudada a questão jurídica relacionada à proposta de impugnação desta reunião; e que, de qualquer forma, a Secretaria do Meio Ambiente estava aberta para realizar uma nova audiência no Município de Vargem Grande Paulista. E, em nome do Secretário Ricardo Tripoli, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS